



A experiência de recordar em estudos da memória autobiográfica: aspectos fenomenais e cognitivos

Recollective experience in autobiographical memory inquiries: phenomenal and cognitive aspects

Gustavo Gauer
William B. Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Resumo

O presente estudo é uma breve incursão sobre o conceito e a função da memória em diferentes etapas da história das idéias psicológicas. O interesse histórico concentra-se no debate conceitual de memória como experiência de recordar para memória como desempenho de aprendizagem. A ênfase do argumento está no retorno à memória como experiência de recordar em estudos contemporâneos de memória autobiográfica. Memória autobiográfica é então definida como a recordação consciente de uma experiência pessoalmente vivida ou testemunhada, acompanhada de um senso de re-experiência do evento original, e da crença de que o episódio realmente aconteceu. Essa abordagem fenomênica recupera a experiência das qualidades como aquilo que permite a um indivíduo distinguir entre a lembrança de um evento passado e outros estados conscientes como o sonho e a imaginação. O estudo ressalta a contribuição cognitivista em trazer novamente ao centro da pesquisa psicológica a evidência da primeira pessoa (qualidades fenomênicas).

Palavras-chave: memória episódica; imaginação; julgamento; consciência.

Abstract

The study attempts a brief incursion into the conception and function of memory in different stages of the history of psychological ideas. The historical interest lies on the debate from conceiving memory as recollective experience to conceiving memory as learning activity. Contemporary inquiries of autobiographical memory (AM) have sponsored a return to memory as recollective experience. AM is defined as the conscious recollection of a personally experienced or witnessed event, accompanied by a sense of reliving the original episode and the belief that it really happened. Such phenomenally oriented approaches reaffirm the qualities of conscious recollection as what allows an individual to tell a previous event that is being remembered from other states of consciousness such as dream and fantasy. The study stresses the cognitive contribution in bringing back first-person experience (phenomenal qualities) to the realm of psychological inquiry.

Keywords: episodic memory; imagery; judgement; consciousness.

Estudos de processos psicológicos básicos passaram por grandes transformações nas últimas duas décadas, graças aos avanços das neurociências e às mudanças conceituais nos métodos de experimentação. A identificação de correlatos neurais e a inclusão de dados de primeira pessoa em experimentos abrem novas perspectivas para a compreensão dos processos psicológicos básicos, entre eles a memória. A importância da memória para o sujeito cognoscente é reconhecida ao longo da história do pensamento em geral. Santo Agostinho, por exemplo, chegava a igualar mente e memória, afirmando que todo funcionamento psicológico depende da memória. Assim, aquisição de hábitos, a compreensão do significado das palavras, e o reconhecimento de si mesmo como uma continuidade no tempo são capacitações da memória (Agostinho, séc. IV/2000; Hearnshaw, 1987). De certa forma, a formulação de Agostinho chega a prognosticar remotamente uma ligação entre os conceitos da primeira psicologia da memória, de Aristóteles, e os modelos contemporâneos das ciências cognitivas, nos quais a memória encontra-se distribuída como propriedade do processamento em praticamente todos os sistemas (Greenberg & Rubin, 2003).



O presente estudo recupera formulações de memória em momentos diferentes da história do pensamento psicológico para destacar dois pólos que atravessaram o tempo: 1) memória como experiência de recordar e 2) memória como desempenho de aprendizagem. O estudo argumenta que as duas abordagens para a pesquisa em memória estão contempladas na modelagem atual de psicologia cognitiva. No entanto, por ter estado em desvantagem por longo tempo a compreensão fenomenal vem ganhando espaço aceleradamente em tempos recentes, como demonstram os estudos em memória autobiográfica em primeira pessoa.

Memória como experiência de recordar

Para os filósofos, memória, imaginação e percepção eram modalidades distintas de conhecimento do mundo. A distinção entre essas capacidades implicou na análise da relação entre vivacidade de imagens mnêmicas, sentimentos de decorrência do tempo, e julgamentos da realidade dos eventos e da referência deles ao passado.

É em Aristóteles (385-322 a.C.) que encontramos a primeira reflexão psicológica sistemática sobre a experiência da memória no tratado *Sobre a Alma* (trad. 1957), especificamente no capítulo *Sobre Memória e Recordação*. Aristóteles propõe uma distinção entre duas modalidades de “apresentação”, ou seja, formas de trazer idéias à capacidade do raciocínio. A memória é contrastada com a recordação (*recollection* em inglês), sendo que a última é prerrogativa dos seres humanos. Ali se apresenta o que podemos entender como uma dissociação funcional entre manifestações da capacidade de lembrar, em duas classes: memória (*μνημη*) e recordação (*αναμνησεος*). A primeira, uma função da faculdade primária da senso-percepção, constitui um modo especial de representação após um lapso de tempo percebido. A segunda consiste na reiteração dos objetos da memória e é um estado especial da consciência. Nesse sistema, toda memória implica num tempo decorrido; então, somente animais que percebem o tempo têm a faculdade de lembrar. Tal afirmativa é assim justificada: a lembrança propriamente dita, para não ser tomada por uma sensação presente (alucinação), nem ser confundida com o reaprendizado de algo que já se sabia (reconhecimento/reconhecimento), implica a consciência de ser o que realmente é, ou seja, uma memória, no tempo presente, de algo que foi percebido num tempo passado. “Lembrança, como nós a concebemos, implica essencialmente em consciência (*awareness*)” (p.309).

Com efeito, Aristóteles circunscreveu a experiência à faculdade da memória, guindada à condição de principal condição para exercício do raciocínio (Abbagnano, 1971/2000). No primeiro livro da sua *Metafísica*, Aristóteles enunciava uma das mais conhecidas premissas da sua teoria do conhecimento: a da experiência como condição para o conhecimento do mundo. Num sistema em que “a ciência e a arte chegam aos homens através da experiência”, a especificidade da memória humana acompanha a capacidade de raciocinar (Spinelli, 1998, p.137). Animais que têm memória para as sensações que tiveram são mais aptos a aprender; entre estes, aqueles que têm arte e raciocínio podem produzir experiência a partir do que ficou na memória.

Hume, no *Tratado da Natureza Humana* (1740/2000) dedicou-se ao problema de como se pode distinguir memórias de fantasias. A característica que distingue a memória da imaginação não estaria nas idéias simples nem na forma como elas se associam para formar idéias complexas. A imaginação pode representar todos os mesmos objetos que a memória nos oferece, e a única característica que as distingue é o sentimento quanto às idéias que representam. Hume argumenta que é a vivacidade das imagens que determina se um evento ou objeto será ou não considerado como passado. Esse sentimento advém da vivacidade das memórias e constitui um primeiro ato de julgamento sobre a realidade e caráter de passado dos eventos a que elas se referem. Assim, distinguir lembranças de imaginações somente é possível, pois as primeiras são mais fortes e vividas.

William James (1842-1910) no célebre *Princípios de Psicologia*, o tratado mais influente da disciplina durante grande parte do século XX (James, 1890/1990). Ele distingue memória primária de memória propriamente dita, ou secundária. A primeira diz respeito à percepção de objetos num passado apenas intuído, ou seja, é a pós-imagem que caracteriza mais a fisiologia dos órgãos dos sentidos do que propriamente a recordação



de um objeto ausente. A memória propriamente dita, por outro lado, refere-se a objetos ou eventos do passado pessoal:

Memória propriamente dita (...) é o conhecimento de um estado mental anterior, após ele haver saído da consciência; ou ainda o conhecimento de um evento ou fato, sobre o qual entrementes não estivemos pensando, somado à consciência de que o pensamos ou o experimentamos anteriormente. (p.424) (1)

A memória propriamente dita de James implica em uma consciência do passado, e a experiência de recordar consiste em estar ciente de que o que está ocorrendo é uma reativação ou recomposição de uma experiência anterior. Os elementos da manifestação da memória propriamente dita são um sentimento geral da direção do tempo passado, e um evento imaginado como contido nesse tempo passado, definido por um nome ou por seus conteúdos fenomenais, e tido por mim como parte da minha experiência (James, 1890/1990). Sobre a relação entre memória e consciência, James ressaltava que a efetiva consciência que temos dos nossos próprios estados é sempre "pós-consciência", mediada pela memória. Na sua clássica "Análise da Mente" (*The Analysis of Mind*), Bertrand Russell (1872-1970) ressaltou a influência generalizada da memória no processo de conhecer o mundo, considerando que praticamente toda forma de conhecimento pressupõe alguma modalidade de memória (Russell, 1919/1995). Por outro lado, Russell enfatizava a necessidade de distinguir a "memória verdadeira" de outras manifestações como o hábito. A memória verdadeira coincide com a recordação consciente de eventos únicos do passado. Essa capacidade implica em dois fatores: a formação da imagem de um evento e uma crença de que a imagem refere-se a algo que ocorreu no passado. Nesse sentido, as imagens que constituem a memória verdadeira, diferem daquelas possíveis pelo simples exercício da imaginação, justamente por serem acompanhadas do sentimento de acreditar na existência passada do evento a que a imagem se refere, traduzida na expressão "isto aconteceu", ou "isto existiu". A crença na existência passada é determinada não pelo conteúdo da imagem (aquilo que se está lembrando), mas pelo ato de acreditar em si, que é um sentimento específico. Segundo Russell, o conhecimento do passado é logicamente independente de uma ligação efetiva com o passado em si, podendo ser analisado em termos de processos e conteúdos estritamente presentes, no caso a imagem da memória e a crença ou sentimento de passado.

Memória como desempenho de aprendizagem

Os filósofos debruçaram-se sobre o problema das relações entre memória, imaginação, crença e julgamento, reconhecendo a importância das qualidades subjetivas que caracterizam a capacidade de recordar eventos específicos. Tais argumentos fundamentaram a teorização em ambos os contextos epistemológico e psicológico. Entretanto, a introdução da investigação da memória na psicologia experimental caminhou na direção oposta. Por um lado, Wilhelm Wundt descartou a memória do seu projeto de psicologia fisiológica por tratar-se de uma faculdade excessivamente complexa, inadequada ao estudo experimental dos elementos mentais. Por outro, Hermann Ebbinghaus, no seu trabalho pioneiro de 1885, *Memória: Uma contribuição à psicologia experimental*, influenciaria perenemente não só o estudo da memória, como toda a psicologia científica (Ebbinghaus, 1885/2005). Ebbinghaus desenvolveu um método de controle e quantificação que, se permitia estudar a memória de forma experimental, também ocasionou uma tendência de redução da memória à performance em tarefas de aprendizagem, relegando o aspecto experiencial da recordação. Essa direção em psicologia não foi unívoca: Francis Galton estudava recordações conscientes de eventos pessoais desde o século XIX (Galton, 1880/2005), e Frederic Bartlett criticou nos anos 1930 a linhagem experimental que desde Ebbinghaus desprezava o aspecto significativo e subjetivo dos processos mentais, a começar pela memória (Bartlett, 1932). Contudo, mesmo com a atividade desses estudiosos, a experiência de recordação permaneceu em segundo plano na pesquisa psicológica. Os dados da experiência fenomenal não eram considerados confiáveis, os eventos pessoais eram de difícil verificação, e era igualmente difícil obter controle sobre os fenômenos estudados (Brewer, 1986). É interessante ressaltar que, em última instância, o trabalho de Bartlett sobre



esquemas cognitivos acabaria influenciando muito fortemente a ciência cognitiva após os anos 1950. Por sua vez, os experimentos de Galton sobre imaginação (os mais célebres são os de lembrança do café da manhã e de associação de memórias a palavras-chave) são comumente citados como exemplares das primeiras investigações em memória autobiográfica, um campo de estudos contemporâneo, para não dizer recente.

O retorno à memória como experiência de recordar

As qualidades da experiência consciente de lembrar permaneceriam em segundo plano até que, num trabalho crucial para a nascente ciência cognitiva, Endel Tulving (n1925) ressaltaria o princípio da dissociação da memória de longo prazo em dois sistemas independentes, embora relacionados: memória episódica e memória semântica (Tulving, 1983). Embora seja cedo para avaliar o impacto da obra de Tulving, a sua influência teórica e epistemológica tende a ser quase tão fundamental para as ciências cognitivas quanto a de Ebbinghaus foi para a psicologia. Essa influência verifica-se pela introdução do conceito de memória episódica (teoria) e pela implementação da abordagem de dupla dissociação de sistemas cognitivos (epistemologia). Outrossim, o aspecto fundamental da psicologia da memória retomado por Tulving é o retorno às qualidades fenomenais da experiência de recordação consciente (*conscious recollection*) na definição funcional do sistema de memória episódica. A recordação episódica define-se por um conjunto de características fenomenais: revivência do evento original; senso de “viajar de volta no tempo”; crença em que o evento realmente aconteceu; e lembrança do evento em lugar de “saber” da sua ocorrência. O primeiro valor funcional dessa capacidade é que por mais vívida e “presente” que seja em suas imagens, uma memória de um evento passado não se confunde com a percepção do mundo presente, nem com outros estados, sob pena da inadequação do comportamento às condições ambientais. O problema de discernir as memórias das idéias da imaginação, relacionado à crença ou sentimento que temos do caráter de “passado” ou “familiaridade” das memórias, já estava presente na formulação de Aristóteles, passando por James e Russell (Westbury & Dennett, 2000).

Tulving (1983) resalta que lembrar de eventos do passado é uma experiência universalmente familiar, e também unicamente humana, tudo indicando que outros animais não podem viajar de volta no tempo nas suas próprias mentes. A primeira distinção proposta por Tulving corresponde a uma taxonomia de capacidades de memória em termos das características funcionais dos fenômenos: episódica, semântica e memória de habilidades perceptuais e motoras. As duas primeiras são de caráter proposicional (mais recentemente chamado declarativo) e a última, procedural. Enquanto a capacidade de memória procedural permite a um sujeito “lembrar como” realizar certa tarefa, e a memória semântica permite “saber que” algo aconteceu, a memória semântica possibilita ao indivíduo “lembrar que” um determinado evento aconteceu e faz parte do seu passado (Wheeler, Stuss & Tulving, 1997).

Memória episódica e semântica são funcionalmente diferentes, e representam sistemas separados, mas relacionados. A memória episódica relaciona-se a conhecimento de acontecimentos e ações; memória semântica trata de conhecimento do mundo, que ao contrário da primeira é independente do passado pessoal do sujeito. Diferem em termos do tipo de informação que processam, das características das suas operações, e das aplicações a que se prestam na vida real e no laboratório. Uma das mais relevantes características da recordação de eventos passados é o senso subjetivo de lembrança, pelo qual o sujeito reconhece a experiência atual como lembrança, sabe que ela se refere a um evento passado, e acredita que ela seja verdadeira. A unidade básica do funcionamento da memória episódica é o ato individual de recordação que inicia com a experiência ou o testemunho de um evento, e termina com a sua recordação subjetivamente experienciada como tal.

Tulving e colaboradores introduziram mais adiante o conceito de consciência auto-noética, referente à capacidade de representar mentalmente e ficar ciente de se ter experiências no passado, presente, e futuro, e também discernir entre umas e outras (Wheeler e col., 1997). Eram postulados dois tipos de processos de conhecimento: os noéticos, que permitem conhecer o mundo, e os auto-noéticos, que permitem conhecer a si mesmo. Os processos auto-noéticos, isto é, de conhecimento de si, dividem-se em duas classes: uma



consciência do tempo subjetivo (*autonoetic consciousness*), e um conhecimento dos estados subjetivos (*autonoetic awareness*). A consciência autonoética está ligada à capacidade que o sujeito tem de "viajar no tempo", experimentando no presente vivências que fazem parte do seu passado (Tulving, 2002). A característica fundamental que distingue a memória episódica é a sua dependência de um tipo especial de consciência, a autonoética, capacidade que permite a humanos adultos representar mentalmente e ter noção da sua própria existência através do tempo subjetivamente experienciado. A manifestação da consciência autonoética é experienciada quando o sujeito focaliza a atenção sobre suas próprias experiências subjetivas. Distingue-se assim da consciência noética, que se experimenta quando se pensa objetivamente sobre algo que se conhece e existe no mundo.

Em uma das suas mais recentes contribuições, Tulving (2002) aponta que o conceito de memória episódica, 30 anos após a sua introdução, é um sistema neurocognitivo, de evolução filogenética recente, desenvolvimento ontogenético tardio, vulnerável à disfunção neuronal e deterioração com envelhecimento, e provavelmente único à espécie humana. Esse sistema é orientado ao passado como nenhuma outra capacidade cognitiva. O tipo de evidência que primeiro indicou a dissociação neurocognitiva foi o prejuízo seletivo que certas lesões cerebrais provocavam, impedindo algumas habilidades de lembrança enquanto outras permaneciam intactas, quando se acreditava que distúrbios amnésicos prejudicavam a memória de maneira global (Squire, 1992).

Desde a dissociação fundamental introduzida por Tulving (1983; 2002) entre memória semântica e episódica, a fenomenologia do estado de lembrança consciente, ou consciência autonoética (Wheeler e col., 1997), passou a receber atenção dos pesquisadores. O exame das características fenomenais da lembrança de eventos é um componente necessário à explicação dos processos de memória autobiográfica (Johnson, Foley, Suengas & Raye, 1988). Nesse sentido, Damásio (2000) enfatiza que dados de descrições fenomenais devem ser considerados, em articulação com observações comportamentais e medidas da atividade cerebral por neuroimagem, na investigação da experiência consciente. Assim como processos cognitivos têm correlatos neurais identificáveis, eles devem ter correlatos fenomenais úteis à sua explicação (Brewer, 1995).

A experiência de recordar na memória autobiográfica

O construto memória autobiográfica refere-se à habilidade de recordar conscientemente de experiências individuais vividas no passado. Memória autobiográfica envolve várias capacidades cognitivas, desde aquela que permite lembrar um fato pessoal como o caminho de casa ao trabalho, até a de escrever o livro da história da minha vida, mas a recordação de eventos pessoais é o seu objeto de estudo por excelência (Brewer, 1986; Rubin, 1998).

Dentre a miríade de eventos específicos que acontecem ao longo de uma vida, nem todos ocasionam registros duradouros a ponto de serem lembrados em longo prazo (Westbury & Dennett, 2000). Dos episódios que experienciamos pessoalmente e cuja memória é duradoura, alguns são lembrados com grande facilidade, mais até do que outros eventos que se repetiram inúmeras vezes. Mesmo que tenha ocorrido uma única vez, esses episódios podem ser recordados de forma detalhada e vívida após anos e décadas. Estas memórias pessoalmente importantes têm sido frequentemente tratadas na literatura, sendo operacionalizados como eventos marcantes (Pillemer, 1998), episódios nucleares (McAdams, 1985), memórias definidoras do self (Singer & Salovey, 1993), ou memórias vívidas (Rubin & Kozin, 1984; Thomsen & Berntsen, 2003). Não obstante eventuais diferenças, as definições apresentadas tratam de memórias pessoalmente importantes e duradouras, revividas com qualidades quase-sensoriais (Conway, 2001).

A habilidade de acessar fluentemente alguns eventos marcantes e a habilidade relacionada de expressá-los em contexto social cumprem uma série de funções psicológicas (Pillemer, 2003). Do ponto de vista adaptativo, lembrar de eventos altamente emocionais, positivos ou negativos, pode ajudar-nos a prevenir situações ruins e a tomar a direção do sucesso (Damásio, 2003; McGaugh, 2003). Ao mesmo tempo, não dispor de todos os eventos irrelevantes do cotidiano como memórias altamente acessíveis também é útil ao funcionamento cognitivo normal e ao comportamento adequado ao ambiente. Por outro



lado, disfunções da memória autobiográfica estão ligadas a transtornos mentais. Estudos apontam para uma possível relação entre a falta de habilidade de prover memórias específicas e a presença de transtornos depressivos (Williams & Broadbent, 1986), e a doença de Alzheimer (Dall'Ora, Della Sala & Spinnler, 1989). Ademais, a intrusão involuntária com revivência vívida de memórias indesejadas assinala um dos eixos diagnósticos do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Ehlers & Clark, 2000; Berntsen, Willert & Rubin, 2003). Do ponto de vista do desenvolvimento humano, memórias de eventos marcantes proporcionam lições e *insights* em direção ao crescimento, especialmente quando são compartilhados socialmente (Thorne, McLean & Lawrence, 2004). A modelagem da memória autobiográfica em psicologia cognitiva integra-se com a compreensão do desenvolvimento psicológico em diversas etapas ao longo do ciclo de vida, relacionando-se, por exemplo, com o final da amnésia infantil (Rubin, 2000), com o desenvolvimento da identidade na adolescência e adultez jovem (Rubin, Rahhal & Poon, 1998), e com o envelhecimento bem-sucedido (Wong & Watt, 1991).

A mesma importância apresenta-se no campo da identidade pessoal, eventos marcantes constituem marcos determinantes na organização da história de vida do indivíduo. Assim, eles permitem ao sujeito definir a si mesmo, se reconhecer na sua própria experiência, e se expressar a respeito da sua trajetória singular (Singer & Salovey, 1993; Blagov & Singer, 2004). Numa outra perspectiva de estudo da personalidade, aspectos da experiência de memória autobiográfica têm se relacionado a dimensões de inventários de personalidade, como abertura para sentimentos e altruísmo (Rubin & Siegler, 2004). Eventos marcantes refletem padrões de expectativas culturais permitindo ao indivíduo verificar a maior ou menor adequação da sua própria trajetória individual às convenções sociais de quais são os eventos que tipicamente fazem parte de uma história de vida (Berntsen & Rubin, 2004). Do ponto de vista social, as práticas de reminiscência, pelas quais se compartilham as memórias de eventos com outras pessoas, servem ao estabelecimento de intimidade e à veiculação de mensagens de crescimento (Thorne e col., 2004).

A memória autobiográfica é a capacidade de experienciar conscientemente uma representação mental, por exemplo um evento específico no passado (Wheeler Stuss & Tulving, 1997); julgar o evento como real e não imaginado (Johnson e col., 1993); construir imagens visuais e auditivas do evento (Rubin e col., 2003); experimentar no momento presente da recordação o estado afetivo em que nos encontrávamos no momento do acontecimento original (Pasupathi, 2003; Destun & Kuiper, 1999); e relatar o evento através de palavras e histórias – linguagem e narrativa (Greenberg & Rubin). A memória autobiográfica lida tanto com informação de natureza episódica e proposicional (eventos específicos), quanto semântica e procedural (fatos, procedimentos, e conhecimento tácito) (Tulving, 1983). Por exemplo, sabemos o nosso endereço, e isto é um fato autobiográfico, mas não lembramos distintamente de cada uma das vezes em que o fornecemos a alguém, embora cada uma dessas ocasiões fosse candidata potencial a formar uma memória duradoura. Por outro lado, lembramos vividamente da primeira vez em que com grande alegria dissemos ao nosso melhor amigo que nos mudamos e que esperávamos a sua visita naquele que, há 10 anos atrás, era nosso novo endereço, e isto é um evento autobiográfico.

O processo de recordação consciente de eventos pessoais caracteriza-se por uma série de qualidades amplamente documentadas na literatura sobre memória autobiográfica. O indivíduo costuma experimentar emoções (McGaugh, 2003; Labouvie-Vief, Lumley, Jain & Heinze, 2003; Pasupathi, 2003; Schaefer & Philippot, 2005); imagens vívidas, sejam elas visuais, auditivas, etc. (Rubin & Kozin, 1984); os sentimentos fenomenais de reviver o acontecimento original e de viajar de volta ao tempo em que ele ocorreu (Tulving, 1983; Wheeler e col., 1997). Por outro lado, o sujeito que recorda pode efetuar uma série de julgamentos, mais ou menos reflexivos, sobre propriedades dos eventos e das memórias: avaliar a importância do evento para sua vida; estimar a data em que ocorreu e quantas vezes pensou ou falou sobre ele; indicar o quanto específica é a memória; e apontar conseqüências pessoais que o evento acarretou, entre outras propriedades (Thomsen & Berntsen, 2003). Coincidentemente, os eventos que são lembrados de forma mais vívida e que despertam mais emoções, costumam ser aqueles avaliados como mais importantes



(McGaugh, 2003). Nesse ponto identifica-se um processo relevante pelo qual o sistema atrela emoção, memória e significado pessoal atribuído de forma reflexiva. As memórias vívidas de eventos pessoais específicos, que se mantêm com certa consistência ao longo de períodos tão longos quanto anos e décadas, são evidências de que a efetividade da aprendizagem, ao menos em seres humanos, não se restringe a situações de repetição exaustiva e treinamento sistemático (McGaugh, 2003). As emoções e seus processos hormonais e neurais relacionados parecem mediar em grande medida a consolidação de memórias duradouras de eventos significativos. Esses mecanismos permitem que seres humanos aprendam em uma única instância (Brewer, 1986).

O funcionamento da memória autobiográfica organiza-se em três níveis hierárquicos (Conway, 1996). No nível mais baixo, encontra-se a informação relativa a eventos específicos; por exemplo, lembro-me de ter cometido um pênalti na final do campeonato de futebol de meu colégio no último ano. Qualquer evento contextualizado no tempo e no espaço inclui-se nessa categoria. O nível intermediário consiste nas memórias gerais de eventos que se repetiram a ponto de serem lembrados como hábitos ou costumes; por exemplo, lembro-me de que eu costumava jogar futebol nos tempos de colégio, e que esse é o meu esporte predileto desde aquela época. No nível mais alto da hierarquia, os períodos extensos de vida agrupam e contextualizam tanto memórias gerais que ocorriam quanto eventos específicos que ocorreram nos respectivos períodos. Os 12 anos durante os quais frequentei o mesmo colégio certamente configuram uma importante etapa em minha vida, e contextualizam as lembranças daquela época. Esse intervalo caracteriza um período geral, ao qual eu relaciono certos hábitos e costumes (memórias gerais), bem como eventos específicos. Períodos extensos incluem também critérios de organização temática e contextual, como relacionamentos (por exemplo, quando se esteve namorando alguém), habitação (quando se morou numa determinada cidade), trabalho (quando se trabalhava em certa empresa), ou educação (período em que se cursou a faculdade). Os três níveis de organização da memória autobiográfica – eventos específicos, memórias gerais, e períodos de vida – interatuam na organização da memória autobiográfica a partir de informações de diversos sistemas de memória e pensamento. Essa organização clarifica os contextos dos eventos, o que facilita a atribuição de significados a eles, e contribui para a construção de memórias autobiográficas como representações discretas de eventos específicos reconhecidos como pessoalmente experienciados. Dessa forma também se podem articular os eventos como partes de um todo que é a história de vida.

Memória autobiográfica não equivale ao sistema de memória episódica, embora a recuperação episódica seja um dos seus componentes cognitivos (Greenberg & Rubin, 2003; Rubin e col., 2003; Tulving, 1983). Tampouco memória autobiográfica é o mesmo que reminiscência, entendida como a expressão social de memórias pessoais, embora os eventos comunicados sejam primeiramente recordados como tais (Welze & Markowitsch, 2005). Todavia, se a memória autobiográfica for definida como a lembrança de eventos relevantes na história de vida do indivíduo, o mais provável é que ela seja um processo de interação entre memória episódica e memória semântica (Dall'Ora e col., 1989). Nesse sentido, as experiências pessoais relevantes constituiriam um repertório de eventos com significados pessoais, ou seja, nem todos os eventos que aconteceram e acontecem comigo fariam parte da minha autobiografia. Segundo esses autores, a história de vida em que consiste a autobiografia é composta por eventos pessoais (aspecto episódico), mas apenas por alguns deles, selecionados por terem significado pessoal (aspecto semântico). No mesmo sentido, a memória autobiográfica pode ser mais bem compreendida não como um sistema cognitivo específico, mas como um modo de interação entre cognição e emoção (Wenzel & Rubin, 2005). Sua função, mais do que reter informação relativa a eventos, pode ser a de selecionar os eventos importantes e organizá-los de modo que componham uma totalidade mais ou menos coesa, na forma de história de vida.

Epílogo

Aristóteles e James insistiram em caracterizar a recordação consciente, acompanhada de senso de passagem do tempo, como a memória propriamente dita, ou a única



manifestação da capacidade de lembrar que diferencia seres humanos de animais. Entre outros autores, Russell também ressaltou a memória de eventos como “memória verdadeira” (Brewer, 1986). Entende-se que a noção de memória é muito mais abrangente, como na definição geral de Bunge (1985), segundo a qual qualquer sistema s tem memória em um momento t de algum de seus estados passados se o estado de s no momento t é função de algum dos estados passados. Dessa forma, todos os organismos vivos (pelo menos os vivos) conservam memória, seja pela hereditariedade biológica, seja pela capacidade de poder se comportar em resposta ao que ocorre no ambiente. No campo da psicologia cognitiva humana, a memória igualmente abarca uma variedade de capacidades e fenômenos que não se restringem à recordação de eventos, como a aquisição de habilidades motoras e a pré-ativação perceptual, apenas para citar alguns (Squire, 1992; Tulving, 1983). Outrossim, é interessante notar que esses autores estabelecem a importância da memória de eventos únicos como o parâmetro do debate epistemológico e psicológico sobre a relação entre memória e consciência.

Memória autobiográfica pode ser definida de forma abrangente como a lembrança consciente (*conscious recollection*) de uma experiência pessoalmente vivida ou testemunhada, acompanhada de um senso de re-experiência do evento original, e da crença de que o episódio realmente aconteceu (Rubin e col., 2003; Tulving, 1983). A experiência dessas qualidades é o que permite a um indivíduo distinguir entre a lembrança autobiográfica de um evento passado e outros estados conscientes como o sonho e a imaginação. Os mesmos aspectos fenomenais da experiência de lembrança diferenciam de outras manifestações de capacidades mnêmicas, como reconhecer fatos gerais sobre si mesmo e sobre o mundo, ou saber como executar um movimento aprendido.

Outras teorias que postularam sistemas distintos de memória também foram influentes, como a divisão clássica de Atkinson e Schiffrin em três armazenamentos – sensorial, de longo e de curto prazo (Sternberg, 2000). Contudo, a lógica da dissociação de sistemas neurocognitivos introduzida por Tulving desdobrou sua influência em duas frentes: a do estudo da memória e a da ciência cognitiva. No campo da memória, estudos de dissociação, aliados a avanços de técnicas de neuroimagem, procuram identificar sistemas independentes e especializados responsáveis por habilidades particulares de memória. A síntese de Squire (1992), dando conta de três sistemas de memória de longo prazo – procedural, semântica, e episódica – amplamente aceita na atualidade, é bastante influenciada pelas evidências colhidas a partir do trabalho de Tulving.

Mais recentemente, Conway (2001) enfatiza a qualidade quase sensorial dos estados de lembrança autobiográfica. Rubin e Siegler (2004) ressaltam a imaginação visual como o mais importante processo cognitivo entre os que compõem as capacidades de memória autobiográfica. Memória autobiográfica pode ser definida de forma abrangente como a lembrança consciente (*conscious recollection*) de uma experiência pessoalmente vivida ou testemunhada, acompanhada de um senso de re-experiência do evento original, e da crença de que o episódio realmente aconteceu (Rubin e col., 2003; Tulving, 1983). A experiência dessas qualidades é o que permite a um indivíduo distinguir entre a lembrança autobiográfica de um evento passado e outros estados conscientes como o sonho e a imaginação. Os mesmos aspectos fenomenais da experiência de lembrança diferenciam de outras manifestações de capacidades mnêmicas, como reconhecer fatos gerais sobre si mesmo e sobre o mundo, ou saber como executar um movimento aprendido.

As variações que o interesse pela experiência consciente recebeu ao longo da história do pensamento são surpreendentes. É lícito afirmar que esse interesse foi muito baixo quando do início da psicologia científica (Wundt) e dos primeiros desenvolvimentos experimentais (Ebbinghaus), até a consolidação do comportamentalismo como teoria dominante na pesquisa e aplicação. Em psicologia cognitiva, o interesse parece ter permanecido baixo até as contribuições de Tulving (1983; 2002), com o conceito de memória episódica, e de abordagens ecológicas, como a da memória cotidiana de Ulric Neisser (1982/2000). Contudo, dos filósofos clássicos a Tulving, a explicação da capacidade de recordar eventos únicos e experienciá-los como referentes ao passado passa em grande medida por processos presentes de sentimentos fenomenais e julgamentos e atribuições, e não por atributos dos eventos em si, tampouco no conteúdo das memórias.



Referências bibliográficas

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de Filosofia* (A. Bosi, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Publicação original em 1971).
- Agostinho (2000). *Confissões* (J. O. Santos & A. A. de Pina, trads.); Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural. (Original de séc. IV).
- Aristóteles (1957). *On memory and recollection* (W. S. Hett, trad.). Londres: William Henemann. (Original de séc. IV a.C.)
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: An experimental and social study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berntsen, D. & Rubin, D. C. (2004). Cultural lifescrpts structure recall from autobiographical memory. *Memory & Cognition*, 32(3), 427-442.
- Berntsen, D., Willert, M. & Rubin, D. C. (2003). Splintered memories or vivid landmarks? Qualities and organization of traumatic memories with and without PTSD. *Applied Cognitive Psychology*, 17, 675-693.
- Blagov, P. S. & Singer, J. A. (2004). Four dimensions of self-defining memories (specificity, meaning, content, and affect) and their relationships to self-restraint, distress, and repressive defensiveness. *Journal of Personality*, 72(3), 481-512.
- Brewer, W. F. (1986). What is autobiographical memory? In D. C. Rubin (Ed.), *Autobiographical memory* (pp. 25-49). Cambridge: Cambridge University Press.
- Brewer, W. F. (1995). What is recollective memory? In D. C. Rubin (Ed.), *Remembering our past: Studies in autobiographical memory* (pp. 19-66). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bunge, M. (1985). *El problema mente-cerebro: un enfoque psicobiológico*. Madrid: Tecnos.
- Conway, M. A. (1996). Autobiographical knowledge and autobiographical memories. In D. C. Rubin (Ed.), *Remembering our past: Studies in autobiographical memory* (pp. 67-93). Cambridge: Cambridge University Press.
- Conway, M. A. (2001). Phenomenological records and the self-memory system. In C. Hoerl & T. McCormack (Eds.), *Time and memory: Issues in philosophy and psychology*. (pp. 235-255). Oxford: Oxford University Press.
- Dall'Ora, P.; Della Sala, S. & Spinnler, H. (1989). Autobiographical memory, its impairment in amnesic syndromes. *Cortex*, 25, 197-217.
- Damásio, A. R. (2000). *O mistério da consciência* (L. H. M. Castro, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. R. (2003). *Looking for Spinoza: Joy, sorrow, and the feeling brain*. New York: Harcourt.
- Destun, L. M. & Kuiper, N. A. (1999). Phenomenal characteristics associated with real and imagined events: The effects of event valence and absorption. *Applied Cognitive Psychology*, 13, 175-186.
- Ebbinghaus, H. (2005). *Memory: A contribution to experimental psychology* (H. A. Huber & C. Bussenius, Trad.). Retirado de psychclassics.yorku.ca/Ebbinghaus/index.htm em 10/12/2005. (Publicação original em 1885).
- Ehlers, A. & Clark, D. M. (2000). A cognitive model of posttraumatic stress disorder. *Behavior Research and Therapy*, 38, 319-345.
- Elnick, A. B., Margrett, J. A., Fitzgerald, J. M., & Labouvie-Vief, G. (1999). Benchmark memories in adulthood: Central domains and predictors of their frequency. *Journal of Adult Development*, 6 (1), 45-57.
- Galton, F. (2005). Statistics of mental imagery. *Mind*, 555, 301-318. Retirado de psychclassics.yorku.ca/Galton/imagery.htm em 01/12/2005. (Publicação original em 1880).
- Greenberg, D. L. & Rubin, D. C. (2003). The Neuropsychology of autobiographical memory. *Cortex*, 39, 687-728.
- Hearnshaw, L. S. (1987). *The shaping of modern psychology*. London: Routledge.
- Hume, D. (2000). *A treatise of human nature*. Oxford: Oxford University Press. (Original work published 1740).
- James, W. (1990). *The principles of psychology*. Chicago: Encyclopaedia Britannica. (Original work published 1890).



- Johnson, M. K., Foley, M. A., Suengas, A. G., & Raye, C. L. (1988). Phenomenal characteristics of memories for perceived and imagined autobiographical events. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117 (4), 371-376.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source Monitoring. *Psychological Bulletin*, 114 (1), 3-28.
- Labouvie-Vief, G., Lumley, M. A., Jain, E., & Heinze, H. (2003). Age and gender differences in cardiac reactivity and subjective emotion responses to emotional autobiographical memories. *Emotion*, 3 (2), 115-126.
- McAdams, D. P. (1985). *Intimacy: The need to be close*. New York: Doubleday.
- McGaugh, J. L. (2003). *Memory and emotion: The making of lasting memories*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Neisser, U. (2000) Memory: What are the important questions? In U. Neisser & I. E. Hyman (Eds.), *Memory observed: Remembering in natural contexts* (pp. 68-74). New York: Worth Publishers. (Original work published 1978).
- Pasupathi, M. (2003). Emotion regulation during social remembering: Differences between emotions elicited during and event and emotions elicited when talking about it. *Memory*, 11 (2), 151-163.
- Pillemer, D. B. (1998). *Momentous events, vivid memories: How unforgettable moments help us understand the meaning of our lives*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pillemer, D. B. (2003). Directive functions of autobiographical memory: the guiding power of the specific episode. *Memory*, 11 (2), 193-202.
- Rubin, D. C. (1998). Beginnings of a theory of autobiographical remembering. In C. P. Thompson; D. J. Herrmann; D. Bruce; J. D. Read; D. G. Payne; M. P. Toglia (Eds.). *Autobiographical memory: theoretical and applied perspectives* (pp. 47-67). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rubin, D. C. (2000). The distribution of early childhood memories. *Memory*, 8 (4), 265-269.
- Rubin, D. C. & Kozin, M. (1984). Vivid memories. *Cognition*, 16 (1), 81-95.
- Rubin, D. C. & Siegler, I. C. (2004). Facets of personality and the phenomenology of autobiographical memory. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 913-930.
- Rubin, D. C.; Rahhal, T. A. & Poon, L. W. (1998). Things learned in early adulthood are remembered best. *Memory & Cognition*, 26 (1), 3-19.
- Rubin, D. C.; Schrauf, R. W. & Greenberg, D. L. (2003). Belief and recollection of autobiographical memories. *Memory & Cognition*, 31 (6), 887-901.
- Russell, B. (1995). *The Analysis of mind*. London: Routledge. (Original work published 1919).
- Schaefer, A. & Philippot, P. (2005). Selective effects of emotion on the phenomenal characteristics of autobiographical memories. *Memory*, 13 (2), 148-160.
- Singer, J. A. & Salovey, P. (1993). *The remembered self: Emotion and memory in personality*. New York, NY: Free Press.
- Spinelli, M. (1998). *Filósofos pré-socráticos: Primeiros mestres da filosofia e da ciência grega*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Squire, L. R. (1992). Memory and the hippocampus: a synthesis from findings with rats, monkeys, and humans. *Psychological Review*, 99 (2), 195-231.
- Sternberg, R. J. (2000). *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Thomsen, D. K. & Berntsen, D. (2003). Snapshots from therapy: Exploring operationalisations and ways of studying flashbulb memories for private events. *Memory*, 11 (6), 559-570.
- Thorne, A.; McLean, K. C. & Lawrence, A. M. (2004). When remembering is not enough: reflecting on self-defining memories in late adolescence. *Journal of Personality*, 72 (3), 513-542.
- Tulving, E. (1983). *Elements of episodic memory*. Oxford: Clarendon Press.
- Tulving, E. (2002). Episodic memory: From mind to brain. *Annual Review of Psychology*, 53, 1-25.
- Welze, H. & Markowitsch, H. J. (2005). Towards a bio-psycho-social model of autobiographical memory. *Memory*, 13 (1), 63-78.
- Wenzel, A. & Rubin, D. C. (2005). Autobiographical memory in cognitive and clinical research. Em A. Wenzel & D. C. Rubin (Orgs.). *A guide for applying cognitive research to clinical populations*. Washington: American Psychological Association Press.



- Westbury, C. & Dennett, D. C. (2000). Mining the past to construct the future: Memory and belief as forms of knowledge. In D. L. Schacter & E. Scarry (Eds.). *Memory, brain, and belief*. (pp. 11-32). Cambridge: Harvard University Press.
- Wheeler, M. A.; Stuss, D. T. & Tulving, E. (1997). Toward a theory of episodic memory: The frontal lobes and auto-noetic consciousness. *Psychological Bulletin*, 121, 331-354.
- Williams, J. M. G. & Broadbent, K. (1986). Autobiographical memory in suicide attempters. *Journal of Abnormal Psychology*, 95 (2), 144-149.
- Wong, P. & Watt, L. M. (1991). What types of reminiscence are associated with successful aging? *Psychology and Aging*, 6 (2), 272-279.

Nota

(1) Nossa tradução a partir do excerto original: *Memory proper (...) is the knowledge of a former state of mind after it has already once dropped from consciousness; or rather it is the knowledge of an event, or fact, which meantime we have not been thinking, with the additional consciousness that we have though or experienced it before.*

Nota sobre os autores

Gustavo Gauer é psicólogo, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Enquanto doutorando, recebeu bolsa da CAPES para um estágio de seis meses na Duke University, onde trabalhou com o Professor David Rubin. Após o doutorado assumiu a coordenação do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul, RS. Gauer leciona as disciplinas de Processos Psicológicos Básicos (percepção, memória, pensamento e linguagem), e tem exercido atividades de pesquisa nas áreas de história da psicologia e psicologia cognitiva – memória, consciência e julgamento. Contato: gauerg@fafich.ufmg.br

William Barbosa Gomes é psicólogo, Doutor pela Southern Illinois University – Carbondale; Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), responsável pela disciplina obrigatória de História da Psicologia; professor fundador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade, responsável pelas disciplinas de Epistemologia da Psicologia, Métodos Qualitativos em Psicologia, e Estudos da Consciência; membro da Academia Paulista de Psicologia; pesquisador 1-B do CNPq; Coordenador do Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição no Instituto de Psicologia da UFRGS; Coordenador do MuseuPsi - Museu de Virtual de Psicologia (www.ufrgs.br/museupsi). Mantém linhas de pesquisa em história da psicologia no Brasil e no Rio Grande do Sul, em psicologia da personalidade, e na interface entre fenomenologia e processos cognitivos. Contato: Rua Ramiro Barcelos, 2600/113; CEP 90035-003, Porto Alegre - RS, Brasil. E-mail: gomesw@ufrgs.br

Data de recebimento: 21/12/2006

Data de aceite: 10/05/2006